



REFORMA EDUCACIONAL E/OU ECONÔMICA DO ENSINO

MÉDIO? Alguns apontamentos...

Nathalia Dória Oliveira¹

INTRODUÇÃO

A Lei Federal 13.415 de 2017, a partir da conversão da medida provisória nº746 de 2016, modificou a última etapa da Educação Básica, o Ensino Médio. As mudanças mais significativas dessa última etapa da educação básica são: a flexibilização curricular (Base Nacional Comum Curricular e itinerários formativos); a ampliação da carga horária (3000h); o Ensino à distância; Educação Técnica e profissional.

Na flexibilização curricular ficou estabelecido que 1800h é destinado a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Linguagens e suas Tecnologias - Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias - Biologia, Física e Química; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - História, Geografia, Sociologia e Filosofia), e as 1200h responsável pelos Itinerários formativos (eixos - investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural, empreendedorismo).

Assim até 2021 as escolas de todo o Brasil devem se estruturar seus currículos e arquitetar as suas escolas em consonâncias a essas regras. Contudo, quais as intenções e interesses políticos, econômicos e sociais para essa alteração no Ensino Médio?

Com isso, o objetivo desse texto foi analisar a política de mudança do Ensino Médio frente às transformações socioeconômicas e educacionais do capitalismo. Ressalto que essa análise será feita por apontamentos prévios, mas com possibilidades de aprofundamentos e outras discussões posteriores.

Esse texto² foi fruto da disciplina “Políticas Educacionais na Atualidade Brasileira” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte em que teve o desafio no ensino remoto trazer debates e estudos necessários para a formação dos mestrandos e doutorandos.

¹ Mestranda no Programa de Educação Física pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN, nathalia_doria@hotmail.com

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Edital Regulamento DS (unificado)



METODOLOGIA

Utilizei a abordagem qualitativa (MINAYO, 2007) com o tipo de pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2008, p. 50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim fiz alguns apontamentos em relação à globalização e revolução técnico-científica (JAMESON, 2001; SCHAFF, 1995; CASTELLS, 1999; CARNOY, 2002); o neoliberalismo (DARDOT e LAVAL, 2016; HARVEY, 2005) e a teoria do capital humano (FRIGOTTO, 1999; SAUL, 2004), compreendendo esses contextos com a mudança do Ensino Médio a partir da Lei 13.412 de 2017.

ALGUNS APONTAMENTOS E DISCUSSÕES

Inicialmente irei trazer alguns conceitos e reflexões que acredito ser necessários para compreender as atuais políticas educacionais brasileiras, e especificamente a do Ensino Médio. As transformações sociais, políticas e econômicas nunca aconteceram de forma tão acelerada como a partir da década de 70 com a globalização e a revolução técnico-científica. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e posteriormente as digitais possibilitaram um fluxo contínuo e dinâmico da informação e do capital.

Jameson (2001) traz cinco níveis da globalização: o tecnológico (revolução da informática), o político (questão predominante é o estado-nação), o cultural (exportação e importação da cultura), o econômico (comercialização e empresas transnacionais) e o social (cultura de consumo). A “globalização é um conceito comunicacional que ora mascara ora transmite significados culturais ou econômicos” (JAMESON, 2001, p. 44)

Podemos afirmar que a globalização não é novidade, pois desde as rotas comerciais dos tempos do neolítico já aconteciam no âmbito global, porém com a tecnologia possibilitou abrir e ampliar novos mercados e o capital necessitou de extrema mobilidade, acontecendo a todo tempo instantaneamente. Schaff (1995) afirma que a revolução energética, da microbiologia e da microeletrônica possibilitou amplos caminhos para o conhecimento ao mundo e desenvolvimento da humanidade, contudo traz diversas implicações na formação da sociedade, como desemprego estrutural,



individualismo, competitividade, entre outros. Assim, Castells (1999) atesta que estamos uma nova fase do capitalismo que é:

[...] informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia seja ela empresas países, regiões ou pessoas, dependem, sobretudo de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. E é também global porque as principais atividades produtivas, consumo e circulação, assim como seus componentes, capital, trabalho, matéria-prima, administração, tecnologia e mercados, estão organizados direto ou mediante uma rede de conexões altamente flexível e dinâmica que ao mesmo tempo inclui o que tem valor e exclui o que não tem. (CASTELLS, 1999, p. 87)

Diante desse cenário, temos várias discussões sobre o direcionamento e a relação ou não do Estado e o mercado. Com isso, o neoliberalismo ganha força, originado no Colóquio Walter Lippmann, realizada em Paris em 1938 por Alexander Rustow, significando a construção de um novo liberalismo, o qual abandona o antigo liberalismo do *laissez-faire* bem como rejeita ao socialismo.

Assim Dardot e Laval (2016, p. 15) estabelecem que o neoliberalismo “antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação do governantes, mas a própria conduta dos governados”. Ou seja, o Estado é provedor do mercado que possibilita o bom funcionamento, adentrando em todas as instâncias sociais e educacionais.

Segundo Harvey (2008) há a mercadificação de tudo, todas as coisas e relações sociais têm um preço e são negociáveis, perpassando as relações trabalhistas (aumento da flexibilização), a perda das proteções sociais (em especial, as mulheres de classe baixa), as degradações ambientais, sobre os direitos (crescimento das ONGs, acumulação de espoliação). Para a acumulação de espoliação apresenta o conceito de acumulação por espoliação em que possui quatro principais características: 1) Privatização e mercadificação (transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe); 2) Financeirização (através do BIS – O Banco Central dos Bancos e FMI – Fundo Monetário Internacional); 3) Administração e manipulação de crises (trata-se de crises orquestradas, administradas e controladas tanto para racionalizar o sistema como para redistribuir ativos de crédito); 4) Redistribuição



via Estado (redistribui renda e riqueza por meio de revisões dos códigos tributários para favorecer o mercado) (HARVEY, 2008, p. 172-177).

Temos também, a "subjettivação contábil e financeira" dos sujeitos que se trata do novo sujeito individual que possui relação "homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um 'capital humano' que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais" (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 28). Sendo os sujeitos empreendedores de si mesmo, focando no "sujeito empresarial" que através do seu mérito pode alcançar o sucesso.

Essa teoria chamada de teoria do capital humano foi anunciada por Theodore Schultz em 1960 em que o mercado adentra e incentiva a educação para tornar as pessoas mais produtivas, aumentando o desenvolvimento econômico (SAUL, 2004). Assim, os sujeitos precisam se adaptar a diversas funções, sendo os empregos cada vez mais flexíveis e irregulares, por isso a educação tem que formar esses sujeitos preparados para o século XXI. Como Frigotto (1999, p. 40) aponta

O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de produção.

Com isso, as reformas na educação precisam se adequar a essas novas diretrizes alinhadas aos planos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento ou Banco Mundial, o Fundo Mundial de Investimentos e a Organização das Nações Unidas para a Educação na Ciência e Cultura (UNESCO). Como cita Carnoy (2002) nesses processos há um real impacto sobre a organização do trabalho e a atividade profissional, aumento dos gastos com a educação para dotarem de uma população ativa mais instruída e alteração nos sistemas educacionais, sendo as matérias mais cobiçadas são as disciplinas científicas e a matemática, assim como o inglês como primeira língua estrangeira e as tecnologias da comunicação.

Percebemos esses objetivos do neoliberalismo na Lei 13.415/2017 com a padronização das instituições, para garantir a concorrência, gerencialista e empresarial, como por exemplo, a BNCC. Bem como, o modelo de gestão educacional em que o gestor organiza e determina o funcionamento do seu corpo escolar. Além da estrutura de



competências em que o futuro trabalhador precisa desenvolver as habilidades para executar as atividades, como proposto pelo taylorismo.

Por fim, essas reformas e programas dão a falsa idéia de equidade ou justiça social, mas só reforçam e aumentam as desigualdades sociais como aponta Frigotto (2016, s/p) “uma reforma que legaliza a existência de uma escola diferente para cada classe social. Justo estes intelectuais que em seus escritos negam a existência das classes sociais”.

Portanto, reafirmo que mudança do Ensino Médio ocasionada pela Lei 13.415/2017 fragiliza a formação integral dos sujeitos. Mas acredito que nossas ações pessoais, profissionais e acadêmicas devem estar alinhadas ao interesse social da classe trabalhadora, por isso é preciso lutar contra o capitalismo e suas consequências perversas na vida humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança do Ensino Médio é uma política neoliberal com interesse econômico que visa à formação técnica profissional para uma sociedade de desempregados e com o intuito de privatizar e terceirizar o serviço público, além de aumentar as desigualdades sociais.

Assim, acredito que o objetivo de analisar a política de mudança do Ensino Médio frente às transformações socioeconômicas e educacionais capitalista foi alcançado. Com o intuito de trazer referências e conceitos bases para a compreensão dessas políticas, mas que tenho a clareza que é preciso aprofundar e discutir cada conceito, como também sua relação com a Lei 13.415/2017.

Por fim, ressalto a importância de defender a gestão pública para uma escola pública em que é necessário humanizar e transformar a estrutura social e acabar com a lógica do capitalismo, pois só assim teremos uma sociedade realmente justa e igualitária.

Palavras-chave: Capitalismo. Ensino Médio. Reforma.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em:
10 set. 2020

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma:** o que os planejadores devem saber.
Unesco. 2002.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – A era da informação:** economia,
sociedade e cultura. v. 1. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a
sociedade neoliberal. Boitempo. 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re)Exame da
Relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista. 5 ed. Cortez
Editora. 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reforma de ensino médio do (des) governo de turno:**
decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **AVALIAÇÃO
EDUCACIONAL** – Blog do Freitas, 23 set. 2016. Disponível em:
<https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/23/frigotto-segregacao-aprofundada/>. Acesso
em: 18 set. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Editora Atlas S.A - 6ed.
São Paulo, 2008.

HARVEY, David. **O neoliberalismo:** história e implicações. São Paulo: Edições
Loyola. 2008.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro:** Ensaio sobre a globalização. Editora
Vozes. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa
em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

SAUL, Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto
Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez, p. 230-273, 2004.

SCHAFF, Adam. **A sociedade de informática:** as consequências sociais da segunda
Revolução Industrial. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista –
Brasiliense. 1995.